

Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público

46.^a Reunião

(17 de dezembro de 2013)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (Jorge Lacão) deu início à reunião às 15 horas e 11 minutos.

Não tendo o projeto de relatório sido entregue na data e hora previstas, foi adiada a sua discussão para o dia seguinte.

Entretanto, porque a Sr.^a Deputada Relatora, Clara Marques Mendes (PSD), convocou a comunicação social para dar conta das suas conclusões sobre o trabalho da Comissão, a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça (PS) lavrou um protesto, no que foi secundada pelos Srs. Deputados Mariana Mortágua (BE) e Paulo Sá (PCP). A propósito intervieram também os Srs. Deputados Adão Silva (PSD) e Hélder Amaral (CDS-PP).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 15 horas e 28 minutos.

O Sr. Presidente (Jorge Lacão): — Está aberta a reunião.

Eram 15 horas e 11 minutos.

Como todos sabemos, a nossa ordem de trabalhos de hoje consiste na apresentação e primeira apreciação do projeto de relatório final desta Comissão de Inquérito, cuja relatora é a Sr.^a Deputada Clara Marques Mendes.

Nos termos já explicitados pela Sr.^a Deputada Relatora, por razões que tiveram a ver com a necessidade de compulsar duas reuniões que não puderam ser traduzidas a escrito na correspondente ata até ao momento, o projeto de relatório não pôde ser entregue ontem até à hora que tínhamos, inicialmente, admitido, pelo que foi entregue hoje, por volta das 12 horas e 30 minutos, o que, manifestamente, como os Srs. Deputados já puderam assumir em reunião de Coordenação, não conferiu tempo útil disponível para a leitura do relatório, para o habilitar à possibilidade da sua apreciação, subseqüentemente ao momento da apresentação pela Sr.^a Deputada Relatora.

Nestes termos, a Coordenação foi de entendimento de que esta reunião de hoje, com a ordem de trabalhos que estava prevista, fosse adiada para amanhã e, dado que amanhã temos uma reunião plenária com a presença do Sr. Primeiro-Ministro, que a reunião fosse convocada para o momento imediatamente após o final do Plenário.

É, portanto, esta a proposta de metodologia que vos faço, depois de ouvida em reunião a Coordenação. Alguém se opõe a este adiamento da reunião de hoje para amanhã, com a mesma ordem de trabalhos, para ter início imediatamente após o final do Plenário?

Como parece que ninguém se opõe, dou a reunião por encerrada.

A Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça pediu a palavra para que efeito?

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Sr. Presidente, antes de dar por encerrada a reunião, queria lavrar um protesto, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, se for possível.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Muito obrigada por me dar a palavra, Sr. Presidente.

Queria dizer ao plenário da Comissão e, em particular, à bancada do PSD e à sua Deputada Relatora, que considero inadmissível e um comportamento absolutamente censurável, em paralelo à entrega do relatório desta Comissão de Inquérito, que chega às nossas caixas de *e-mails* às 12 horas e 52 minutos de hoje, que, ao mesmo tempo, a Sr.^a Relatora tenha considerado prioritário chamar a comunicação social e dar-lhe, em primeira mão, as conclusões do trabalho desta Comissão, com uma agravante, Sr. Presidente: é que as conclusões apresentadas são as que a Sr.^a Deputada Relatora apresentou e que responsabilizam, apenas e só, a Sr.^a Deputada.

O que acontece, porém, é que, à semelhança de outros comportamentos que o PSD já vem revelando, como foi o da Comissão de Inquérito das PPP, entende que é prioritário — e, com isso, desrespeita esta Comissão e também os Srs. Deputados — dizer à comunicação social quais são as «suas» conclusões.

Diria, Sr. Presidente, que, para além do adiamento de entrega do relatório que pode acontecer, não é admissível que uma Deputada Relatora, com as responsabilidades que tem, após seis meses de trabalhos nesta

Comissão, possa ter considerado que era melhor apresentar as conclusões à comunicação social do que as apresentar, em primeiro lugar, como era seu dever, a esta Comissão. Por isso mesmo, queria deixar aqui um protesto veemente, porque considero que a discussão deste relatório começa mal. E começa mal, desde logo pelo comportamento da sua Relatora.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada Relatora, deseja dar explicações?

A Sr.^a Clara Marques Mendes (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Relatora.

A Sr.^a Relatora (Clara Marques Mendes): — Muito obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento todos, mais uma vez.

Sr. Presidente, não pretendo dar explicações. Pretendo, apenas, esclarecer o seguinte: o relatório foi entregue na Comissão e foi distribuído aos Srs. Deputados. Se estiveram atentos às declarações que prestei, disse aos Srs. Jornalistas que não ia responder a quaisquer questões que me colocassem, porque essa era uma matéria que devia ser analisada e debatida hoje à tarde com os Srs. Deputados e, portanto, limitei-me...

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Não tinha de apresentar!

O Sr. Presidente: — Dê-me só um instante, Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.^a Relatora (Clara Marques Mendes): — ... limitei-me a apresentar uma síntese das conclusões e nada mais. Já todos os Srs. Deputados tinham, na sua mão,...

O Sr. Adão Silva (PSD): — Exatamente!

A Sr.^a Relatora (Clara Marques Mendes): — ... as conclusões e o relatório.

Portanto, Sr.^a Deputada, com o devido respeito, não concordo, em nada, nem aceito aquilo que disse a respeito da relatora deste processo.

O Sr. Presidente: — Para intervir, creio, sobre o mesmo tema, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente. Sim, vou intervir sobre o mesmo tema. Achamos, sem dúvida, que o que se passou reflete algum desrespeito por esta Comissão, porque não é verdade, de facto, que tenhamos tido acesso às conclusões antes da comunicação social.

A Sr.^a Relatora (Clara Marques Mendes): — Era, era!

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Havia uma conferência de imprensa marcada para o meio-dia e o relatório chegou às mãos dos Deputados mais tarde.

Sem falar no atraso de um dia, que nos impossibilita a análise das conclusões deste relatório a tempo da discussão de hoje, que será adiada para amanhã, achamos que não é uma atitude de grande respeito por esta Comissão a de apresentar as conclusões desse mesmo relatório, as quais,

como já aqui foi dito, não são conclusões da Comissão, são conclusões da Deputada Relatora, mas em nome de uma Comissão, à comunicação social, sem que nós tenhamos tido o tempo ou, sequer, a possibilidade de ter conhecimento e de poder ler essas mesmas conclusões.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá, suponho que para o mesmo efeito.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Exatamente, Sr. Presidente, para, também sobre este assunto, dizer que partilho da opinião que foi expressa, quer pelo Grupo Parlamentar do PS, quer pelo do Bloco de Esquerda, de que este projeto de relatório — porque é disso que estamos a falar, de um projeto de relatório! — deveria ter sido apresentado, em primeira mão, a esta Comissão e, para isso, tínhamos a reunião marcada para hoje à tarde e que será adiada pelos motivos que o Sr. Presidente já explicou.

Entendemos que a Sr.^a Deputada Relatora deveria ter primeiro apresentado, nesta Comissão — como aliás, estava previsto e daí termos marcado a reunião para hoje à tarde —, e depois, obviamente, tem toda a liberdade para, perante a comunicação social, fazer as reflexões, as análises e os considerandos que entender necessários.

Queríamos, também, deixar o nosso protesto relativamente a esta questão. Não sei se o Sr. Presidente quer, primeiro, arrumar esta questão, porque tenho outra pergunta para fazer...

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, tenho de dar a palavra aos grupos parlamentares que a pedirem.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Então, se calhar, eu tratava da outra questão em outra altura.

O Sr. Presidente: — É uma outra questão sobre o andamento dos trabalhos?

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sim, Sr. Presidente, é sobre o andamento dos trabalhos, mas em geral.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, então, já lá chegaremos.

Dou a palavra, agora, ao Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. Adão Silva (PSD): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras iniciais do orador.)*

Perante as acusações feitas pelo Partido Socialista, pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP, quero dizer que no nosso entendimento a Sr.^a Deputada Relatora agiu com correção.

E agiu com correção, em primeiro lugar, porque deu conhecimento do relatório à Comissão, como, aliás, tinha sido solicitado, era seu compromisso e não seria aceitável que assim não fosse.

Em segundo lugar, o relatório é apenas uma proposta de relatório, um projeto de relatório e não o relatório final. Toda a gente sabe isto, não vale a pena estarem a sofismar a questão. O relatório final há de ser uma confluência dos vários contributos, partindo de uma base que é aquela que hoje foi tornada pública e, portanto, no nosso ponto de vista, aquilo que a Sr.^a Relatora fez foi, nem mais nem menos, do que exercer um propósito que acho ser sublime nas democracias, que é o de haver muita expectativa em relação a este processo.

Estamos, apenas, no começo de um processo que tem a ver com a conclusão do relatório e a Sr.^a Deputada Relatora, neste caso, não é uma Deputada qualquer, é uma Deputada que é a Relatora deste processo, a qual

entendeu, em seu juízo, que devia de fazer esta pré-divulgação e, do nosso ponto de vista, fez muitíssimo bem. Do nosso ponto de vista, deu vazão à explicitação de um elemento importante para que haja conhecimento de aspetos relevantes, sendo que — e todos os jornalistas estão informados disto, todos conhecem muito bem quais são a forma, os procedimentos e a metodologia — se trata apenas da divulgação de um anteprojeto e nada mais, com o respeito, repito, com o respeito escrupuloso do conhecimento prévio dado aos Srs. Deputados antes de ser dado a mais alguém.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar os Colegas.

Eu tive a oportunidade de fazer declarações, aliás, como faço com um conjunto de outras matérias, logo a seguir a tomar conhecimento das mesmas.

Recebi, antes, o relatório na minha caixa de correio de *e-mails* e li, à pressa, as conclusões. Tive a oportunidade de começar por referir que é exatamente isto: estamos a falar de um projeto de relatório, é a opinião da Relatora e que, sem embargo das propostas de alteração e do produto final, disse, nada mais, nada menos, do que aquilo que o CDS já tinha dito na última reunião desta Comissão, que eram as propostas e aquilo que o CDS entendia sobre a matéria.

Portanto, queria cumprimentar a Relatora por ter sido um trabalho difícil, complexo.

Acho bem que se adie esta reunião, no sentido de dar mais tempo para os grupos parlamentares lerem... Aliás, vejo que todas as bancadas já têm na sua posse o relatório impresso — eu ainda não tive oportunidade de

ter, mas já o li e não há nenhum problema em adiar a discussão para poderem juntar mais propostas.

Queria ainda dizer que recebi o meu relatório vindo da Comissão, recebi um *e-mail* da Comissão e falei a seguir a tê-lo recebido da Comissão.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Sim, todos nós!

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — E, portanto, se este processo começou mal foi exatamente pela assinatura dos *swaps*. Portanto, cada grupo parlamentar dará a esta Comissão a importância que quiser. Eu e o CDS damos muita e, por isso, estava ansioso à espera que o *e-mail* chegasse. Assim que chegou, li as conclusões e foi sobre elas que me pronunciei e nada mais sobre isso. Tudo o resto, obviamente, não passa pela cabeça que a Comissão não possa agora, no seu tempo próprio, fazer a análise devida do projeto de relatório, recolher as várias perceções, os contributos dos vários grupos parlamentares e, obviamente, fazer funcionar a democracia, depois, no relatório final, que é para isso que aqui estamos.

Portanto, fico só à espera da marcação da nova data para podermos discutir — amanhã, a seguir ao Plenário, dizem-me ali da bancada do Partido Socialista, sempre atenta e avisada, ou nem tanto... Portanto, amanhã cá estaremos para discutir.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Srs. Deputados. Creio que todos já puderam exprimir o seu ponto de vista sobre esta matéria.

Permitam-me só que faça uma observação que não é propriamente sobre a questão em si, mas sobre o entendimento que fazemos do nosso papel na Comissão de Inquérito.

Como todos sabemos, o Estatuto dos Deputados numa Comissão de Inquérito é um estatuto muito especial, o que quer dizer que esse estatuto se assume em função da responsabilidade própria que cada Deputado, individualmente, contrai para a observação e a emissão das conclusões finais.

Isto para dizer que não há aqui posições de grupos parlamentares, em matéria de apreciação do resultado do inquérito parlamentar, mas, sim, a tomada de posição, individual e responsável, por cada um dos Deputados membros da Comissão. Talvez seja importante que todos possamos clarificar isto para que, justamente, se perceba qual é a verdadeira natureza de uma Comissão de Inquérito.

Dito isto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá para uma outra questão que tem a ver com os trabalhos.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Obrigado, Sr. Presidente. É sobre a calendarização dos trabalhos da Comissão, que foi um assunto que já foi discutido na reunião de mesa dos coordenadores, na qual foi tomada uma decisão que nós aceitamos, mas gostaria, mesmo assim, de colocar à Comissão a nossa posição, aceitando a decisão que foi tomada na reunião de mesa de coordenadores.

Já há algum tempo que nós temos vindo a manifestar que entendemos que a calendarização dos trabalhos da Comissão no tempo que falta de análise do relatório não é compatível com a necessária análise e aprofundamento das questões com esta complexidade e entendemos que devia haver uma prorrogação mínima com a duração máxima de um mês dos trabalhos da Comissão, de forma a permitir aos diversos grupos parlamentares — ou então, tendo em conta o comentário que o Sr. Presidente acabou de fazer — aos diversos Deputados desta Comissão fazerem uma análise detalhada e exaustiva, profunda, do relatório

apresentado pela Sr.^a Deputada Relatora e preparar um conjunto de propostas que refletissem o ponto de vista de cada Deputado sobre o apuramento dos factos nesta Comissão, quer resultante das audições, quer resultante dos documentos que nos foram facultados.

Entendemos que os prazos, tal como estão, exigindo que até ao final do dia 27 de dezembro os diferentes grupos parlamentares e Deputados apresentem propostas de alteração, não são compatíveis com a necessária análise e entendemos que deveriam ser.

A questão dos *swaps* e as respetivas consequências mereciam que o trabalho da Comissão pudesse ser prolongado, no sentido de permitir esse apuramento.

Acresce ainda, Sr. Presidente — e gostaria também de deixar esta nota —, que, obviamente, não tive tempo, como o Sr. Deputado Hélder Amaral, de ler o relatório todo, mas tive a oportunidade de ler as conclusões e as conclusões lidas — e não posso emitir uma opinião sobre o resto do relatório — parecem-me extremamente tendenciosas, branqueando as eventuais responsabilidades...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, quanto a isso, peço-lhe o favor de não entrar por uma análise de conteúdo de algo que diferimos para amanhã.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, é para justificar o enquadramento na calendarização.

Sem querer adiantar a discussão para amanhã, repito: branqueando as responsabilidades do atual Governo.

Do nosso ponto de vista, se o restante relatório tiver esta estrutura e refletir sobre o que está nas conclusões, não é com simples operações de emenda, aqui e acolá, que se vai corrigir este relatório e fazer com que ele

corresponda ao apuramento dos factos, à verdade dos factos. Exigirá um trabalho profundíssimo, que torna ainda mais premente a questão colocada de prorrogação dos trabalhos da Comissão.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, aceitamos a decisão tomada pela mesa dos coordenadores. O PSD, o CDS e o PS não estão de acordo, mas não queríamos deixar de referir esta nota perante toda a Comissão.

O Sr. Presidente: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, esta matéria já foi equacionada por diversas vezes, a última das quais foi a reunião de coordenação que acabou de ter lugar e o entendimento maioritário na Comissão é aquele que, procurando ser objetivo, passarei a expor.

O entendimento de que a Comissão, tendo tido um prazo inicial de 90 dias, considerou necessário — como, aliás, se verificou ter sido necessário — prorrogar esse prazo por um período equivalente de tempo, esse prazo limite esgota no próximo dia 7 de janeiro e o entendimento maioritário na Comissão é o de que os trabalhos devem poder ser concretizados até esse prazo limite.

Assim sendo, o que neste momento está estabelecido é o seguinte: para além da reunião que terá lugar amanhã, foi indicado o dia 27 para apresentação de possíveis propostas de aperfeiçoamento ou de alteração do projeto de relatório até dia 27, às 17 horas, tendo sido marcada para o dia 3 de janeiro, com início às 10 horas e 30 minutos, uma reunião plenária da Comissão, que deverá ocorrer no período da manhã e igualmente no período da tarde desse dia. Ainda nesse mesmo dia se aferirá da necessidade de também realizar reuniões — só no dia 3 é que apuraremos em definitivo — se for necessário, ainda nos dias 6 e 7. Este é, portanto, o calendário indicativo da Comissão. O Sr. Deputado Paulo Sá tem legitimidade para expor a sua proposta, mas, como sabe, ela já foi objeto desta resolução que acabei de expor à Comissão.

Srs. Deputados, creio que podemos, então, agora, dar os nossos trabalhos por encerrados. Até amanhã.

Eram 15 horas e 28 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.